

DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DOS ESCRITÓRIOS MODELO NOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

*CHALLENGES OF THE UNIVERSITY EXTENSION COURSES AND MODEL OFFICES IN
ARCHITECTURE AND URBANISM | DESAFÍOS DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y
DE LAS OFICINAS MODELO EN LOS CURSOS DE ARQUITECTURA Y URBANISMO*

ANNA LÚCIA DOS SANTOS VIEIRA E SILVA, CAMILA MATOS FONTENELE, LUNA ESMERALDO GAMA LYRA

RESUMO

Em um panorama de crescente homogeneização das condutas, dos saberes e dos valores humanos, este artigo se propõe a examinar como a universidade pública e, em menor grau, a universidade privada, especialmente no ensino de arquitetura e urbanismo, avaliam e se inserem na realidade das cidades. O ensino universitário é questionado por seu frequente distanciamento das referências imediatas e locais na implantação de sistemas interativos capazes de suprir necessidades sociais e didáticas, simultaneamente. Quando a universidade é abordada sob um ponto de vista em que seu contexto é admitido como próprio, sobre o qual há uma responsabilidade de comprometimento, pode-se tratar a relevância da extensão universitária. Novas abordagens de extensão são apontadas como forma de dissolução das fronteiras entre as relações ensino e aprendizado; universidade e sociedade; teoria e prática. Os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo são apresentados para aprofundar essa discussão, e exemplificar conceitos e metodologias que adequam os projetos a demandas urbanas e, assim, ampliar os horizontes a partir de experiências reais.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura e urbanismo. Escritório modelo de arquitetura e urbanismo. Extensão universitária. Teoria e prática.

ABSTRACT

In view of the increasing uniformization of behavior, knowledge and human values, the aim of the article is to analyze how public university education and, to a lesser extent, private universities, particularly regarding the courses of Architecture and Urbanism, evaluate the reality of cities. It is argued that university education is criticized for being distant from immediate and local references concerning the implementation of interactive systems able to address social and instructional needs simultaneously. When the context of the university is considered as singular, concerning respon-

sibility of commitment, university extension can be regarded as relevant. New approaches regarding university extension are pointed out as a way of dissolving boundaries between teaching and learning; university and society; theory and practice. The Model Offices of Architecture and Urbanism are presented to further the discussion, illustrate concepts and methodologies that adapt projects to urban demands and broaden the horizons of real experiences.

KEYWORDS: *Architecture and urbanism. Model offices of architecture and urbanism. University extension. Theory and practice.*

RESUMEN

En un escenario de creciente homogeneización de la conducta, el conocimiento y los valores humanos, este artículo se propone examinar cómo la universidad pública, y en un grado menor universidad privada, especialmente en la enseñanza de la arquitectura y el urbanismo, evaluar y caen en la realidad de ciudades. La educación universitaria es a menudo cuestionada por el desapego de los referentes inmediatos y locales en la implementación de sistemas interactivos, capaces de atender las necesidades sociales y la enseñanza simultánea. Cuando la universidad se aborda desde un punto de vista en que contexto se reconoció a sí mismo, sobre el cual hay una responsabilidad del compromiso, se puede tratar la importancia de la extensión universitaria. Nuevos enfoques de extensión se señalan como una forma de disolver los límites entre la enseñanza y el aprendizaje de las relaciones, la universidad y la sociedad, la teoría y la práctica. Oficinas Modelo de Arquitectura y Urbanismo se presentan para avanzar en esta discusión, e ilustrar conceptos y metodologías que se adapten a los proyectos a las demandas urbanas y así ampliar los horizontes de experiencias reales.

PALABRAS ILAVE: *Arquitectura y urbanismo. Arquitectura del modelo de oficina y el urbanismo. Extensión universitaria. Teoría y la práctica.*

INTRODUÇÃO

Em um panorama de crescente homogeneização das condutas, dos saberes e dos valores humanos, este artigo se propõe a examinar como a universidade pública e, em menor grau, a universidade privada, especialmente no ensino de arquitetura e urbanismo, avaliam a realidade das cidades e nelas se inserem. Questiona-se, previamente, se essa é uma necessidade ou uma função da universidade.

A princípio, a resposta afirmativa é diretriz dos argumentos e causa de outras questões consideradas relevantes para a análise dos parâmetros inertes de alheamento em que, teoricamente, a arquitetura e o urbanismo são aprendidos e ensinados.

O ensino universitário é contemplado a partir da influência generalizante da globalização e o distanciamento de referências imediatas e locais para a implantação de sistemas interativos, capazes de suprir necessidades sociais e didáticas, simultaneamente.

A formação de saberes relacionada à construção de lugares indica um caminho, convergindo relações humanas e espacialidades, como fatores de qualificação do ensino e da cidade. O sentido desse caminho é a extensão universitária, especialmente dos cursos de arquitetura e urbanismo, que possuem como mote principal o conhecimento das nuances e alcances do espaço. Arantes (1998) coloca esta questão direta em relação à amplitude do alcance da profissão e, de forma indireta, em relação a sua responsabilidade.

Atualmente, a cidade foi tomada de assalto por uma legião de especialistas em outras coisas. Bom sinal, no mínimo, de que a arquitetura, e em particular a arquitetura da cidade, tornou-se referência obrigatória na interpretação da sociedade contemporânea (Arantes, 1998, p.147).

Na prática, os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo buscam novas possibilidades conceituais e metodológicas, ao adequar os projetos a demandas urbanas reais. As interações entre os envolvidos nas propostas e nas ações se fundamentam em processos horizontais, em que as possíveis dicotomias e hierarquias se dissolvem para dar lugar a relações equânimes de troca de saberes.

INQUIETAÇÕES SOBRE O DEVIDO LUGAR DA UNIVERSIDADE

O modelo político-social hegemônico, especialmente sob a perspectiva da globalização, tende à homogeneização dos saberes e dos valores locais ao impor parâmetros universalizantes que desconsideram, por meio de uma estrutura hegemônica de legitimação e avaliação, as especificidades locais. Ao incidir sobre as instituições de ensino, essa estrutura dilui os vínculos da realidade imediata com a produção de conhecimento acadêmico.

Essa lógica é particularmente perversa, sobretudo em países onde as questões de desigualdade social são mais relevantes, uma vez que os chamados parâmetros universalizantes se originam onde esses problemas não precisam ser considerados. Como consequência, o foco das metodologias e da produção de conhecimento é alterado para propósitos desvinculados de necessidades particulares e imediatas.

Na busca de aproximações entre o global e o local, é possível se desvencilhar dos processos alienantes de produção do conhecimento e abrir espaço para a interação entre os saberes específicos de um determinado lugar e o conhecimento exógeno, de modo a gerar soluções contextualizadas, potencializadas por técnicas e tecnologias antes inacessíveis.

Santos (2004), em seu trabalho “*A Universidade no séc. XXI*”, coaduna com esse pensamento ao identificar a emergência dessas questões, e atenta para a urgência da universa se reconhecer inserida nas dinâmicas locais como ferramenta para a construção de um novo modelo de produção do conhecimento, cuja validade se realiza na medida em que pode ser incorporado pela sociedade.

Porque a sociedade não é uma abstracção, esses desafios são contextuais em função da região, ou do local e, portanto, não podem ser enfrentados com medidas gerais e rígidas. A responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor (Santos, 2004, p.68).

Porém, na universidade, faz-se necessário ainda admitir seu contexto como próprio, sobre o qual há uma responsabilidade de comprometimento. Este argumento é central para tratar aqui a questão e pertinência de seu devido lugar.

A principal característica que diferencia um lugar de um espaço qualquer, é seu atributo de identidade, o sentido de pertencer e ser pertencido, fazer parte. Aspectos físicos e estruturais da cidade não são suficientes para determiná-lo. É necessário o conjunto social, político, funcional e simbólico do contexto que implique vivência, convivência e identificação. Duarte (2002) define lugar como:

[...] uma porção de espaço significada, ou seja, cujos fixos e fluxos são atribuídos signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou grupo. Essa significação é menos uma forma de se apossar desses elementos e mais de impregná-los culturalmente para que sirvam para a identificação da pessoa ou do grupo no espaço, para que encontrem a si mesmos refletidos em determinados objetos e ações e possam, assim, guiar-se, encontrar-se e construir sua medida cultural no espaço (Duarte, 2002, p. 65).

O autor acrescenta que os lugares não são estáveis ou estáticos, e sim uma operação dinâmica de estímulos externos e internos, construídos através de reconhecimento, apreensões, e ordenações responsáveis por uma formação cultural.

Enquanto a universidade deve gerar um espaço propício para a produção de conhecimento, a cidade oferece elementos e parâmetros de identificação. Ao se abrir para a sociedade e ir de encontro a ela através da extensão, a realidade urbana é tomada como potencial para a formação e construção de lugares, saberes e relações humanas. “É lícito dizer que o futuro são muitos e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade” (Santos, 2000, p.155).

O devido lugar da universidade pode ser, então, seu contexto local imediato, mediado por interações capazes de equilibrar sua identidade com a da cidade, como um espelho permeável por meio do qual sua imagem se reflete e se vê refletida.

OS HORIZONTES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Em relação aos princípios devem pautar a relação universidade/sociedade, um caminho que tem sido experienciado ao longo das últimas três décadas é o da extensão univer-

sitária. Entendida pelo conceito de Paulo Freire (Freire, 1983), a extensão se torna ferramenta de comunicação emancipatória dos que estão nela envolvidos, uma vez que assume todos os participantes como sujeitos produtores do seu próprio conhecimento, ainda que somente a partir da interação coletiva isso seja possível. Ao se colocar no contexto social que a envolve, a universidade abre possibilidades para a dissolução de suas fronteiras e o confronto entre situações em que os diferentes saberes se encontram e se legitimam.

Vale ressaltar que, em uma sociedade com culturas e situações tão díspares, o conceito de horizontalidade em nada se relaciona com o de homogeneidade, uma vez que, ao contrário, valoriza-se a diversidade subtraindo a possível hierarquização que as diferenças poderiam sugerir. Como poetiza Rancière (2008):

Em todos os lugares há pontos de partida e pontos de virada a partir dos quais aprendemos coisas novas, se dispensarmos primeiramente o pressuposto da distância, depois, o da distribuição de papéis e, em terceiro, o das fronteiras entre os territórios. Nós não precisamos transformar espectadores em atores. Nós precisamos é reconhecer que cada espectador já é um ator em sua própria história e que cada ator é, por sua vez, espectador do mesmo tipo de história (Rancière, 2008, p.11).

Outra dimensão dessa relação diz respeito à rigidez das estruturas pedagógicas da universidade que impossibilita o encontro das temporalidades. Para que esse descompasso se converta em força criadora, faz-se necessário desconstruir a preponderância da sala de aula como espaço produtor do conhecimento.

As salas de aula forçam um exercício contínuo de abstração, o que limita a percepção e a possibilidade de apropriação da realidade como um fator pedagógico; por outro lado, a extensão considera o contato com a realidade em suas dimensões materiais, culturais e sociais como princípios norteadores da ação e do aprendizado.

Talvez, a importância da vivência fora da sala de aula não seja devidamente considerada, por um hábito de “embotamento frente à distinção das coisas” (Simmel, 2005, p.581) no que diz respeito à percepção da vida cotidiana. Aqui a distração perceptiva se depara com um problema ambivalente: por um lado, o embrutecimento das relações humanas impede a visão do que está diante dos nossos olhos, a manifestação mesma da realidade urbana que, de alguma forma, não é identificada como nossa. Por outro, justamente por não haver uma atenção dirigida a ela, perde-se o potencial de troca e interação que esta realidade proporciona.

Assim emerge o que Rancière (2008) chama de “espectadores passivos”, que se contrapõem a um exercício de imersão, sendo a observação interpretativa e relacional, própria de “espectadores emancipados”.

O espectador é ativo, assim como o aluno ou o cientista. Ele observa, ele seleciona, ele compara, ele interpreta. Ele conecta o que ele observa com muitas outras coisas que ele observou em outros palcos, em outros tipos de espaços. Ele faz o seu poema com o poema que é feito diante dele. Ele participa do espetáculo se for capaz de contar a sua própria história a respeito da história que está diante dele (Rancière, 2008, p.8).

A vida urbana oferece a possibilidade de conhecimento e reconhecimento recíprocos, através de confrontos, de diferenças, maneiras de viver e padrões coexistentes (Lefebvre, 1969). Isso traz uma particularidade para a extensão universitária no curso de Arquitetura e Urbanismo, por meio do qual se evidencia prioritariamente a responsabilidade de projetar, criar e construir novas formas de espacialidade. Aqui, a imersão e a observação interpretativa e relacional se tornam imprescindíveis.

No caso dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, “a teoria se identifica com a prática, sendo a prática demonstrada racional e necessária através da teoria e, por sua vez, a teoria realística e racional demonstrada através da sua prática” (Rubino & Grinover, 2009, p.82). Em decorrência disso, questões referentes ao espaço, território e lugar possuem uma relevância ainda maior.

Duarte (2002) afirma que não há uma lógica absoluta do espaço nem uma lógica de um espaço absoluto, e sim uma relação entre objetos, ações e seres humanos. Como a arquitetura e o urbanismo possuem por fundamento o tema “espaço”, a reflexão crítica pode ser sustentada por uma experiência, por meio da qual a própria conformação da cidade e os fluxos urbanos sejam suporte e fonte de informação.

Teoria e prática no mesmo nível de hierarquia e reciprocidade trazem o conceito de horizontalidade, definido por Santos (2000, p.108) como “zonas da contiguidade que formam extensões contínuas”. Especialmente quando a racionalidade hegemônica vai de encontro a sua própria ruína por se fundamentar na construção de tanta barreira, distinção e separação, o sentido de horizontalidade busca formas equânimes e integradas para compreender diferentes relações espaciais e humanas.

Este conceito também pode ser apropriado para a compreensão das relações: universidade e o contexto em que se insere; aluno e professor; alunos entre si, em diferentes etapas de formação; integrantes dos projetos de extensão e os das comunidades envolvidas; enfim, entre os diferentes tipos de saberes.

É nesse caldo de cultura que numerosas frações da sociedade passam da situação anterior de conformidade associada ao conformismo a uma etapa superior da produção da consciência, isto é, a conformidade sem o conformismo. Produz-se dessa maneira a redescoberta pelos homens da verdadeira razão e não é espantoso que tal descobrimento se dê exatamente nos espaços sociais, econômicos e geográficos também “não conformes” à racionalidade dominante (Santos, 2000 p.120).

Ao incorporar a horizontalidade como fundamento, as propostas de extensão aproximam a universidade dessa etapa superior da produção da consciência mencionada, para ampliar, assim, os seus horizontes e o da população.

A PRÁTICA PELO ESCRITÓRIO MODELO

No início da década de 1990, com a abertura política no Brasil, há um retorno às discussões sobre a universidade fomentadas pelos estudantes. Em decorrência disso, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, surge o projeto extensionista do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), a partir de um esforço coletivo, espontâneo e voluntário, de um corpo estudantil. A proposta é de um maior comprometimento social por parte da academia.

Desde então, diversos Escritórios Modelo vem sendo replicados em universidades de Arquitetura e Urbanismo pelo Brasil, sempre com particularidades metodológicas e estruturais inerentes a cada contexto, ainda que a organização do movimento estudantil tenha permitido uma unidade de discurso e uma constante revisão e atualização coletiva do pensamento a partir da experiência crítica. Grande parte dos 19 EMAU em atividade hoje está inserida na realidade e na responsabilidade das instituições públicas de ensino por seu intrínseco engajamento social por meio de ações extensionistas. No entanto, algumas universidades particulares também se comprometem e sustentam EMAU ativos e participativos, revelando que tal atividade não deve ser exclusiva de universidades públicas, como demonstra a atuação dos EMAU Mosaico (Mackenzie-SP), *In Loco* (UniRitter-RS) e Arco (PUC-GO) (Figura 1).

Anualmente, esse processo se reforça e se reinventa em um Seminário Nacional (SeNEMAU) que reúne EMAU constituídos e estudantes interessados. São realizados momentos de discussão, mesas redondas, conversas temáticas mediadas, palestras, oficinas, momentos de vivência e intervenções, as quais envolvem o trabalho do EMAU da universidade anfitriã.



FIGURA 1 — Mapa do Emau no Brasil.
FONTE: Elaborado pelas autoras (2013).

Os princípios que regem a atuação dos EMAU abrangem a horizontalidade na troca de conhecimentos entre todos os envolvidos; o entendimento da extensão como comunicação emancipatória, referida por Freire (1983) anteriormente; o compromisso com a reflexão crítica sobre a realidade; e a busca por identificar e responder a demandas coletivas que estão distanciadas da atuação do Estado e da iniciativa privada.

Esses princípios emergem em meio a um debate sobre as questões urbanas, dentro de um contexto político, social e econômico de desigualdade, e como essa problemática se relaciona com o ensino de Arquitetura e Urbanismo. Uma das principais preocupações do EMAU diz respeito àquilo que este trabalho defende como proposta de extensão, cuja interação entre universidade e sociedade pressupõe a identificação das dinâmicas e atuações preexistentes, de modo a legitimar e potencializar suas reivindicações, demandas, resistências e conquistas.

A avaliação que é feita, e que justifica a existência de um projeto de extensão dessa natureza, considera que o contexto de desigualdade no Brasil aponta para uma realidade cujo acesso a certos profissionais é bastante restrito, em especial o arquiteto urbanista. Enquanto a grande necessidade de habitação nas cidades promove uma alta taxa de informalidade, diminui significativamente a qualidade do ambiente construído. Da mesma maneira, a desigualdade se dá em relação ao acesso à educação pública superior, o que perpetua o ciclo de formação de profissionais de uma classe mais abastada, que produz para essa mesma classe, sem muito contato com outros círculos e experiências. Em busca de preencher essa lacuna, os EMAU tem contemplado um amplo espectro de atuação, que varia em escala e enfoque, como pode ser ilustrado nos exemplos que seguem.

Projetos de caráter arquitetônico, caso da reforma da Associação Comunitária do Território do Bem e criação de um jardim escalonado no bairro Jaburu, em Vitória, realizado pelo Célula (EMAU da Universidade Federal do Espírito Santo-ES), em 2010. O projeto foi desenvolvido durante a preparação para o SeNEMAU Vitória, com o intuito de estabelecer um contato mais aproximado com a comunidade, a partir de visitas e oficinas, que culminaram na realização de um mutirão de duas semanas, com aproximadamente cento e cinquenta estudantes, no decorrer do evento (Figuras 2, 3 e 4).

Projetos de assessoria a comunidades, por exemplo, o trabalho “Na rua com o RUA” (Relações Urbanísticas e Arquitetônicas) de capacitação e formação sobre questões políticas e urbanísticas para lideranças junto à Comunidade da Rua Um, uma ocupação da década de 1970 que faz parte de uma AEIS (Área Especial de Interesse Social) e tinha a demanda de formar uma associação de moradores para a representação política e diálogo com o poder público. Foram realizadas oficinas e vivências entre os moradores e estudantes, culminando na criação de uma Associação Comunitária em Juiz de Fora, pelo RUA (EMAU da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG) iniciado em 2012.

Intervenções de natureza artística e urbanística de resistência, como o projeto de extensão “Se essa rua fosse nossa”, que começa com o contato com a Comunidade Lauro



FIGURA 2 — Processo de transformação na Comunidade Lauro Vieira Chaves.
FONTE: Camila Matos Fontenele (co-autora) (2013).



FIGURA 3 — Processo de transformação na Comunidade Lauro Vieira Chaves.
FONTE: Luna Esmeraldo Gama Lyra (co-autora) (2013).

Vieira Chaves, para a regularização fundiária, onde cerca de quatrocentas famílias corriam o risco de remoção, em Fortaleza, realizado pelo Canto (EMAU da Universidade Federal do Ceará-CE) iniciado em 2011. Algumas ações de extensão nessa comunidade foram desenvolvidas no SeNEMAU Fortaleza 2012, que, somadas à continuidade do projeto e à organização e mobilização dos moradores, obtiveram como resultado o desvio da rota do Veículo Leve sobre Trilhos que passaria sobre a comunidade; a indenização de sessenta e seis famílias; e a transferência delas para uma localidade próxima ao bairro de origem (Figura 5).

Exemplos também podem ser verificados na inclusão do EMAU no artigo 4º da Lei nº 11.888, que regulamenta a assistência técnica em arquitetura e urbanismo, como possível prestador de serviços ao lado de organizações, instituições e demais profissionais de engenharia, arquitetura e urbanismo (Brasil, 2008); e na validação do EMAU dentro das diretrizes-base dos cursos de Arquitetura e Urbanismo pelo Ministério da Educação.

O movimento dos EMAU tem alcançado um nível de organização e relevância visível e reconhecido por seus intuitos e realizações. Entretanto, após cerca de duas décadas, persiste a dificuldade em envolver o corpo acadêmico no que tange a extensão universitária, e particularmente à atuação do EMAU, enquanto parte fundamental do tripé ensino, pesquisa e extensão, que rege a universidade brasileira (Brasil, 1988).



FIGURA 4 — Processo de transformação na Comunidade Lauro Vieira Chaves.

FONTE: Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva (co-autora) (2013).

Em face ao habitual embotamento das iniciativas de transformação, o artista Banksy (2005, p.19) nos traz uma provocação: “*A lot of people never use their initiative because no-one told them to*”. Quando as universidades reconhecerem o alcance das iniciativas de extensão como força criativa e poder dialético de ensino aprendido, os EMAU naturalmente serão fortalecidos, poderão se expandir e tornar-se mais permeáveis as fronteiras entre a cidade e a universidade.



FIGURA 5 — Processo de realização dos Lambe-lambes na sede do Canto. **FONTE:** Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva (co-autora) (2013).

POR UMA PROPOSTA DE CONTINUIDADE

Para que o assunto levantado neste artigo não se esgote, algumas questões e apontamentos são colocados a seguir.

- Pesquisa, ensino e extensão estão verdadeiramente equilibrados em termos de atuação e valoração nas universidades brasileiras, especialmente as públicas?

- Como a universidade se qualifica enquanto uma instituição capaz de transformar a realidade local? Como favorecer e estimular trabalhos de extensão?

- Uma vez que o objeto de trabalho da Arquitetura e Urbanismo envolve atributos de lugar, território e espaço, como trazer à luz a necessidade de interações urbanas e humanas no ensino?

- Os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo se propõem a trabalhar em situações de necessidade e de demandas sociais, no entanto não se configuram como um escritório, nem pretendem ser modelo.

- O que se espera é uma transformação contínua, abrangente, espontânea, pautada em situações reais, permeáveis e onde se possa valorizar os diferentes tipos de saberes e seres em interações mais conscientes.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- BANKSY, R. *Wall and Piece*. Londres: Century, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. 292p.
- BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. *Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005*. Brasília: Senado, 2008.
- DUARTE, F. *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica e tecnocultura*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LEFEBVRE, H. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península, 1969.
- RANCIÈRE, J. *O Espectador emancipado*. 2008. Disponível em: <<http://www.questaodecritica.com.br/2008/05/o-espectador-emancipado>>. Acesso em: 29 abr. 2013.
- RUBINO, S.; GRINOVER, M. (Org.). *Lina por escrito*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, B.S. *A universidade no séc. XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, v.11, n. 02, p.577-591, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010>. Acesso em: 29 abr. 2013.

ANNA LÚCIA DOS SANTOS VIEIRA E SILVA Universidade Federal do Ceará | Centro de Tecnologia | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Av. da Universidade, 2890, Benfica, 60020-181, Fortaleza, CE, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: A.L.S.V. SILVA | E-mail: <annalucialilu@gmail.com>.

CAMILA MATOS FONTENELE Universidade Federal do Ceará | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Fortaleza, CE, Brasil.

LUNA ESMERALDO GAMA LYRA Universidade Federal do Ceará | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Fortaleza, CE, Brasil.

Recebido em
3/5/2013,
reapresentado
em 28/11/2013
e aprovado em
6/2/2014.